

Fernanda Marinela

MANUAL DE DIREITO  
**ADMINISTRATIVO**  
VOLUME ÚNICO

**20<sup>a</sup>**  
edição

revista  
atualizada  
ampliada

2026

 EDITORA  
JusPODIVM  
[www.editorajuspodivm.com.br](http://www.editorajuspodivm.com.br)



EDITORA  
*Jus*PODIVM

www.editorajuspodivm.com.br

Rua Canuto Saraiva, 131 – Mooca – CEP: 03113-010 – São Paulo – São Paulo  
Tel: (11) 3582.5757  
• Contato: <https://www.editorajuspodivm.com.br/central-de-relacionamento>

**Copyright:** Edições JusPODIVM

**Diagramação:** Equipe JusPODIVM

**Capa:** Ana Caquetti

• A Editora JusPODIVM passou a publicar esta obra a partir da 15.ª edição.

M338m Marinela, Fernanda  
Manual de Direito Administrativo - Volume Único / Fernanda Marinela – 20.ed., rev.,  
atual. e ampl. - São Paulo: Editora JusPodivm, 2026.

1328 p.

ISBN: 978-85-442-6971-8

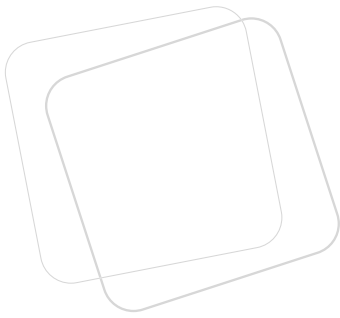
1. Direito Administrativo. I. Marinela, Fernanda. II. Título.

CDD 341.3

Bibliotecária responsável:  
Ana Carolina Ribeiro Moisés – CRB7 – RJ 007348/0

Todos os direitos desta edição reservados a Edições JusPODIVM.

É terminantemente proibida a reprodução total ou parcial desta obra, por qualquer meio ou processo, sem a expressa autorização do autor e das Edições JusPODIVM. A violação dos direitos autorais caracteriza crime descrito na legislação em vigor, sem prejuízo das sanções civis cabíveis.



# SUMÁRIO

<b>1. NOÇÕES PRELIMINARES .....</b>	<b>25</b>
1. Direito.....	25
2. Direito administrativo.....	26
2.1. Conceito.....	26
2.2. Relação com outros ramos do Direito.....	30
2.3. Fontes do Direito Administrativo.....	32
2.4. Codificação do Direito Administrativo.....	38
2.5. Interpretação de regras do Direito Administrativo.....	38
2.6. Evolução histórica do Direito Administrativo.....	39
2.7. Sistemas administrativos.....	40
3. Estado, governo e administração pública.....	40
3.1. Estado.....	41
3.1.1. Poderes e funções do Estado.....	41
3.1.2. Organização do Estado.....	43
3.2. Governo.....	44
3.3. Administração Pública.....	44
4. Atividade administrativa.....	45
5. Quadro sinóptico.....	46
<b>2. REGIME JURÍDICO ADMINISTRATIVO.....</b>	<b>49</b>
1. Conceito de regime jurídico administrativo.....	49
2. Distinção entre princípios e regras.....	50
3. Princípios do direito administrativo.....	52
3.1. Princípio da supremacia do interesse público.....	53
3.2. Princípio da indisponibilidade do interesse público.....	54
3.2.1. Conceito de interesse público.....	55
3.3. Princípio da legalidade.....	56
3.3.1. Princípio da juridicidade.....	60
3.4. Princípio da impessoalidade.....	61
3.5. Princípio da finalidade.....	66
3.6. Princípio da moralidade.....	68
3.7. Princípio da publicidade.....	69

3.8. Princípio da eficiência.....	74
3.9. Princípio da isonomia .....	77
3.10. Princípio do contraditório .....	80
3.11. Princípio da ampla defesa.....	81
3.12. Princípio da razoabilidade.....	84
3.13. Princípio da proporcionalidade.....	86
3.14. Princípio da continuidade.....	87
3.15. Princípio da autotutela.....	97
3.16. Princípio da especialidade .....	99
3.17. Princípio da presunção de legitimidade .....	100
3.18. Princípio da motivação.....	101
3.19. Princípio da segurança jurídica.....	103
4. A inobservância de um princípio .....	104
5. Quadro sinóptico.....	105
6. Súmulas correlatas.....	107
6.1. STF – Súmulas Vinculantes .....	107
6.2. Súmulas do STF.....	108
6.3. Súmulas do STJ.....	109
<b>3. ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO.....</b>	<b>111</b>
1. Administração pública – organização administrativa .....	111
1.1. Princípios fundamentais da Administração Pública Federal.....	112
1.2. A manifestação de vontade da pessoa jurídica – teorias sobre as relações com seus agentes.....	113
2. Formas de prestação da atividade administrativa.....	115
2.1. Formas de descentralização .....	116
3. Órgãos públicos .....	118
3.1. Principais características .....	119
3.2. Classificação .....	122
4. Administração direta.....	124
5. Administração indireta .....	125
5.1. Características gerais .....	127
5.2. Autarquias.....	131
5.2.1. Conceito e outras considerações .....	131
5.2.2. Regime jurídico.....	132
5.2.3. Autarquias profissionais .....	149
5.2.4. Autarquias territoriais.....	160
5.2.5. Autarquias de regime especial.....	160
5.3. Agências reguladoras .....	160
5.3.1. Conceito e função .....	160
5.3.2. Espécies de agências.....	162
5.3.3. Regime especial.....	163
5.3.4. Regras gerais.....	165

5.3.4.1.	<i>Estrutura organizacional</i> .....	165
5.3.4.2.	Dirigentes das Agências Reguladoras .....	166
5.3.4.3.	Regime de pessoal .....	169
5.3.4.4.	Licitação .....	171
5.3.4.5.	Processo decisório das agências reguladoras .....	173
5.3.4.6.	Prestação de contas e controle social.....	175
5.3.4.7.	Instrumentos de interação e articulação das agências reguladoras .....	176
5.4.	Fundação pública.....	179
5.4.1.	Conceito.....	179
5.4.2.	Natureza jurídica .....	180
5.4.3.	Fundação pública de direito público.....	183
5.4.4.	Fundação pública de direito privado .....	184
5.5.	Agências executivas.....	187
5.6.	Empresas estatais.....	188
5.6.1.	Conceitos.....	189
5.6.2.	Principais semelhanças e diferenças entre as empresas públicas e as sociedades de economia mista.....	190
5.6.3.	Finalidades .....	191
5.6.4.	Regime jurídico.....	192
6.	Quadro sinóptico.....	219
7.	Súmulas correlatas.....	222
7.1.	STF – Súmulas Vinculantes .....	222
7.2.	Súmulas do STF.....	223
7.3.	Súmulas do STJ.....	224
<b>4.</b>	<b>TERCEIRO SETOR.....</b>	<b>227</b>
1.	Setores da economia nacional.....	227
2.	Entes de cooperação .....	229
2.1.	Serviços sociais autônomos.....	229
2.2.	Entidades de apoio .....	234
2.3.	Organizações sociais.....	235
2.4.	Organizações da sociedade civil de interesse público.....	240
2.4.1.	Semelhanças e distinções entre OS e Oscip .....	242
2.5.	Organização da sociedade civil .....	243
3.	Parcerias com poder público.....	244
3.1.	Parcerias com a Organização da Sociedade Civil – Lei n. 13.019/2014.....	246
3.1.1.	Organização da sociedade civil.....	249
3.1.2.	Dos impedimentos e vedações (arts. 39 a 41) .....	250
3.1.3.	Formalização .....	251
3.1.3.1.	Seleção.....	251
3.1.3.1.1.	Procedimento de manifestação de interesse público .....	251

3.1.3.1.2.	Chamamento público .....	252
3.1.3.2.	Novos instrumentos – termo de colaboração, termo de fomento e acordos de cooperação.....	256
3.1.4.	Medidas para execução e eficiência da parceria.....	259
3.1.4.1.	Planejamento .....	259
3.1.4.2.	Regras para execução.....	259
3.1.4.3.	Monitoramento e avaliação .....	260
3.1.4.4.	Prestação de contas .....	262
3.1.5.	Responsabilidades e sanções.....	264
3.2.	Parcerias com Fundos Patrimoniais – Lei n. 13.800/2019.....	264
4.	Quadro sinóptico.....	269
5.	Súmulas correlatas.....	274
5.1.	Súmulas do STF .....	274
5.2.	Súmulas do STJ.....	274
<b>5.</b>	<b>PODERES DA ADMINISTRAÇÃO E DOS ADMINISTRADORES .....</b>	<b>275</b>
1.	Conceito .....	275
2.	Características .....	276
3.	Poder vinculado e poder discricionário.....	277
4.	Poder regulamentar .....	278
4.1.	Considerações sobre atos normativos, leis e regulamentos.....	278
4.2.	Tipos de regulamento.....	279
4.3.	Controle dos atos administrativos.....	283
5.	Poder hierárquico.....	288
6.	Poder disciplinar .....	289
7.	Poder de polícia.....	293
7.1.	Conceito.....	293
7.2.	A expressão “poder de polícia”.....	295
7.3.	Fundamento e essência do poder de polícia .....	296
7.4.	Atos por meio dos quais se expressa o poder de polícia.....	298
7.5.	Delegação dos atos de polícia .....	299
7.6.	Atributos do poder de polícia.....	301
7.7.	Poder de polícia e o princípio da proporcionalidade .....	303
7.8.	Controle dos atos de polícia.....	304
7.9.	Setores da polícia administrativa.....	304
7.10.	Polícia administrativa e polícia judiciária.....	305
8.	Poderes e deveres do administrador público .....	306
8.1.	Deveres do administrador.....	306
8.2.	Uso e abuso de poder.....	306
8.3.	Formas de abuso de poder .....	307
8.4.	Abuso de poder e legalidade.....	308
9.	Quadro sinóptico.....	309
10.	Súmulas correlatas.....	311

10.1. STF – Súmulas Vinculantes .....	311
10.2. Súmulas do STF .....	311
10.3. Súmulas do STJ.....	312
<b>6. ATO ADMINISTRATIVO .....</b>	<b>313</b>
1. Introdução e conceito .....	313
1.1. Ato e fato jurídico .....	313
1.2. Ato da administração e ato administrativo .....	316
1.3. Conceito de ato administrativo .....	317
2. Vinculação e discricionariedade .....	319
3. Elementos do ato administrativo .....	322
3.1. Sujeito competente.....	323
3.1.1. Principais regras.....	324
3.2. Forma.....	327
3.2.1. Princípio da solenidade.....	327
3.2.2. Silêncio administrativo.....	328
3.2.3. Vício na forma .....	330
3.3. Motivo .....	331
3.3.1. Legalidade do motivo.....	331
3.3.2. Principais distinções.....	332
3.3.3. Teoria dos motivos determinantes .....	337
3.4. Objeto.....	339
3.4.1. Requisitos de validade.....	340
3.4.2. Discricionariedade e vinculação .....	340
3.5. Finalidade.....	340
3.5.1. Distinções: motivo, objeto e finalidade .....	342
3.6. Quadro comparativo.....	342
4. Mérito administrativo .....	343
4.1. Possibilidade de controle pelo Poder Judiciário.....	345
5. Atributos do ato administrativo.....	348
5.1. Presunção de legitimidade, legalidade e de veracidade .....	348
5.2. Autoexecutoriedade.....	350
5.3. Imperatividade .....	350
5.4. Tipicidade.....	351
6. Classificação.....	351
6.1. Quanto aos destinatários.....	352
6.2. Quanto ao alcance .....	352
6.3. Quanto à manifestação de vontade .....	353
6.4. Quanto ao grau de liberdade.....	353
6.5. Quanto ao objeto .....	353
6.6. Quanto à formação.....	355
6.7. Quanto à estrutura do ato.....	356
6.8. Quanto aos efeitos .....	356

6.9. Quanto aos resultados na esfera jurídica .....	357
6.10. Quanto à situação jurídica que criam.....	357
7. Modalidades de atos administrativos .....	357
7.1. Atos normativos .....	357
7.2. Atos ordinatórios.....	359
7.3. Atos negociais .....	360
7.4. Atos enunciativos.....	364
7.5. Atos punitivos .....	365
8. Formação e efeitos .....	366
8.1. Perfeição .....	366
8.2. Validade .....	366
8.3. Eficácia.....	367
8.4. Possíveis combinações.....	368
9. Extinção do ato administrativo .....	369
9.1. Formas de extinção.....	370
9.2. Invalidação.....	371
9.2.1. Formas de invalidação .....	371
9.2.2. Anulação .....	374
9.2.3. Convalidação e sanatória.....	380
9.2.4. Estabilização de efeitos .....	381
9.2.5. Possíveis vícios do ato administrativo.....	387
9.3. Revogação.....	388
9.4. Coisa julgada administrativa .....	391
10. Quadro sinóptico.....	392
11. Súmulas correlatas.....	397
11.1. STF – Súmulas Vinculantes .....	397
11.2. Súmulas do STF .....	397
11.3. Súmulas do STJ.....	398
<b>7. LICITAÇÃO .....</b>	<b>401</b>
1. Conceito e legislação.....	401
1.1. Regime de transição.....	405
1.2. Critérios transnacionais .....	409
2. Finalidade .....	410
3. Competência para legislar .....	412
4. Sujeitos à licitação .....	415
5. incidência da lei.....	424
6. Princípios básicos .....	426
7. Os agentes públicos e as comissões de licitações .....	439
7.1. Das vedações dos agentes públicos .....	442
8. Contratação direta – dispensa e inexigibilidade.....	444
8.1. Inexigibilidade.....	446
8.1.1. Pressupostos para a realização da licitação.....	446

8.1.2.	Objeto licitável e a pluralidade.....	447
8.1.2.1.	Bem singular .....	448
8.1.2.2.	Serviços singulares .....	448
8.1.2.3.	Hipóteses legais de inexigibilidade .....	448
8.2.	Dispensa de licitação.....	454
8.2.1.	Licitação dispensada.....	454
8.2.2.	Licitação dispensável.....	456
8.2.2.1.	Quadro comparativo – dispensa de licitação.....	468
9.	Modalidades .....	476
9.1.	Concorrência.....	482
9.2.	Concurso.....	483
9.3.	Leilão.....	484
9.4.	Pregão.....	486
9.5.	Diálogos competitivos .....	489
9.6.	Outras modalidades.....	491
10.	Procedimento licitatório.....	492
10.1.	Procedimento geral na Lei nº 14.133/2021 .....	492
10.1.1.	Fase preparatória.....	492
10.1.2.	Fase de divulgação do edital de licitação.....	500
10.1.3.	Fase de apresentação de propostas e lances .....	502
10.1.4.	Fase de julgamento.....	504
10.1.5.	Fase de habilitação.....	510
10.1.6.	Fase recursal.....	514
10.1.7.	Fase de homologação .....	515
11.	Procedimentos auxiliares.....	516
11.1.	Credenciamento .....	516
11.2.	Procedimento de pré-qualificação.....	517
11.3.	Procedimento de manifestação de interesse .....	518
11.4.	Sistema de registros de preços.....	519
11.5.	Registro cadastral.....	523
12.	Algumas licitações .....	525
12.1.	Licitações de grande vulto e alta complexidade técnica .....	525
12.2.	Licitações internas e internacionais .....	525
12.3.	Licitações das microempresas e empresas de pequeno porte .....	526
12.4.	Licitação para contratação de serviço de publicidade .....	530
12.5.	Regime Diferenciado de Contratações (RDC) .....	532
12.6.	„Licitações nas empresas públicas e sociedades de economia mista (Lei n. 13.303/2016) .....	535
12.7.	Regime de licitação e contratação pública para enfrentamento da pandemia de Covid-19.....	543
12.8.	Regime de licitação e contratação pública para <i>startups</i> .....	548
12.9.	Regime de aquisição no estado de calamidade pública .....	549
13.	Das irregularidades .....	551

13.1. Infrações e sanções administrativas.....	551
13.2. Das impugnações, dos pedidos de esclarecimento e dos recursos.....	551
13.3. Do controle das contratações.....	552
14. Quadro sinóptico.....	555
15. Súmulas correlatas.....	560
15.1. Súmulas do STF.....	560
15.2. Súmulas do STJ.....	560
<b>8. CONTRATOS ADMINISTRATIVOS.....</b>	<b>561</b>
1. Conceito.....	561
2. Características.....	563
3. Formalismo.....	564
4. Cláusulas necessárias.....	570
5. Garantia.....	574
6. Duração do contrato.....	577
7. Pagamentos devidos ao contratado.....	582
8. Cláusulas exorbitantes.....	590
9. Alteração contratual.....	596
9.1. Alteração unilateral do contrato administrativo.....	597
9.2. Alteração bilateral do contrato.....	600
9.2.1. Teoria da imprevisão.....	602
9.3. Situações específicas para alguns contratos.....	604
9.4. Matriz de alocação de riscos.....	605
10. Da execução do contrato e suas responsabilidades.....	606
11. Regras para entrega do objeto do contrato.....	612
12. Extinção do contrato administrativo.....	613
12.1. Formas de extinção do contrato da Lei n. 8.666/93.....	613
12.2. Das hipóteses de extinção dos contratos na Lei n. 14.133/2021.....	618
12.3. Das nulidades do contrato administrativo.....	621
12.4. Meios alternativos de resolução de controvérsias.....	622
13. Infrações e sanções administrativas.....	623
13.1. Sanções na Lei nº 8.666/93.....	623
13.2. Sanções na Lei nº 14.133/2021.....	625
13.3. Infrações da Lei nº 8.666/93.....	626
13.4. Infrações na Lei nº 14.133/2021.....	627
14. Do procedimento administrativo de apuração das infrações administrativas.....	628
15. Responsabilização criminal, civil e administrativa.....	631
16. Contratos em espécie.....	633
16.1. Contratos propriamente ditos.....	634
16.2. Contrato de concessão.....	636
16.3. Contrato de permissão de serviço público.....	637
16.4. Contrato de gestão.....	637

17. Convênios e consórcios .....	640
18. Consórcios públicos.....	642
19. Contratos nas empresas públicas e sociedades de economia mista .....	650
20. Contrato público de solução inovadora (cpsi).....	651
21. Quadro sinóptico.....	653
22. Súmulas correlatas.....	662
22.1. Súmulas do STF.....	662
22.2. Súmulas do STJ.....	663
<b>9. SERVIÇOS PÚBLICOS .....</b>	<b>665</b>
1. Conceito e elementos definidores.....	665
2. Princípios.....	667
2.1. Princípio da continuidade.....	669
2.1.1. Instrumentos para garantir a continuidade.....	669
2.1.2. Possibilidades de interrupção do serviço.....	677
3. Determinação constitucional.....	684
4. Classificação.....	685
5. Delegação do serviço público .....	690
5.1. Concessão comum de serviço público.....	690
5.1.1. Fundamento legal.....	690
5.1.2. Conceito.....	691
5.1.3. Poder concedente.....	692
5.1.3.1. Direitos e obrigações do poder concedente.....	693
5.1.4. O concessionário.....	695
5.1.4.1. Direitos e obrigações do concessionário .....	695
5.1.5. Direitos e obrigações do usuário .....	698
5.1.6. Natureza jurídica .....	700
5.1.7. Distinções.....	700
5.1.8. Formalidades da concessão.....	701
5.1.8.1. Procedimento licitatório .....	701
5.1.8.2. Contrato de concessão .....	704
5.1.8.3. Possibilidades de transferência .....	705
5.1.9. A remuneração e a política tarifária .....	707
5.1.10. Formas de extinção.....	710
5.2. Parcerias do Poder Público com os particulares .....	712
5.2.1. Conceito.....	712
5.2.2. Legislação.....	713
5.2.3. Objetivos.....	714
5.2.4. Modalidades.....	715
5.2.5. Características.....	716
5.2.6. Diretrizes.....	717
5.2.7. Formalização da concessão especial .....	718
5.2.7.1. Procedimento licitatório .....	719

5.2.7.2.	Contrato de concessão especial.....	721
5.2.7.3.	Sociedade de propósito específico.....	722
5.2.8.	Vedações.....	723
5.2.9.	Concessões especiais para o âmbito federal.....	724
5.3.	Permissão de serviço público.....	726
5.3.1.	Conceito e requisitos.....	726
5.3.2.	A precariedade e a formalização.....	726
5.3.3.	Principais diferenças.....	729
5.4.	Autorização de serviço público.....	730
6.	Quadro sinóptico.....	730
7.	Súmulas correlatas.....	734
7.1.	STF – Súmulas Vinculantes.....	734
7.2.	Súmulas do STF.....	734
7.3.	Súmulas do STJ.....	735
<b>10.</b>	<b>AGENTES PÚBLICOS .....</b>	<b>737</b>
1.	Conceito.....	737
2.	Classificação.....	738
2.1.	Agentes políticos.....	739
2.2.	Servidores estatais.....	741
2.2.1.	Servidores públicos.....	742
2.2.1.1.	Regime jurídico dos servidores públicos.....	742
2.2.1.1.1.	Regime jurídico estatutário.....	746
2.2.1.1.2.	A escolha do regime jurídico – preferência do regime estatutário.....	748
2.2.1.1.3.	Garantia de manutenção do regime jurídico.....	753
2.2.2.	Servidores de entes governamentais de direito privado.....	755
2.3.	Particulares em colaboração com a administração.....	758
3.	Organização funcional.....	761
3.1.	Conceitos.....	761
3.1.1.	Cargo público.....	761
3.1.2.	Função pública.....	763
3.1.2.1.	Cargo em comissão e função de confiança: distinção.....	764
3.1.3.	Emprego público.....	766
3.1.4.	Contrato temporário.....	767
3.2.	Cargo público – regras gerais.....	767
3.2.1.	Classificação.....	768
3.2.2.	Provimento.....	770
3.2.3.	Nomeação, posse e exercício.....	776
3.2.4.	Formas de deslocamento.....	778
3.2.5.	Vacância.....	780
3.2.6.	Desinvestidura – exoneração e demissão.....	781
4.	Regras constitucionais.....	784

4.1. Acessibilidade .....	784
4.2. Concurso público.....	786
4.2.1. Exceções ao concurso público .....	788
4.2.2. Requisitos para concurso.....	795
4.2.3. Publicidade .....	814
4.2.4. Mudança no edital de concurso.....	815
4.2.5. Prazo de validade .....	817
4.2.6. Direito à nomeação.....	817
4.2.7. Realização de novo concurso público.....	826
4.2.8. Concurso público e a possibilidade de controle.....	827
4.2.9. Nulidades da nomeação e da investidura – teoria do fato consumado .....	830
4.2.10. Contratação irregular – consequências .....	834
4.3. Competência para julgamento das ações .....	837
4.4. Contratação temporária .....	839
4.5. Estabilidade .....	847
4.5.1. Conceitos: estabilidade, efetividade e vitaliciedade.....	847
4.5.2. Estabilidade e o texto constitucional.....	848
4.5.2.1. Estabilidade nas pessoas jurídicas de direito público ....	852
4.5.2.2. Estabilidade nas pessoas jurídicas de direito privado....	854
4.5.2.3. Estabilidade em resumo.....	855
4.5.3. Estabilidade e dispensa.....	856
4.5.4. Estágio probatório .....	863
4.6. Direito de greve.....	868
4.7. Direito à sindicalização.....	873
4.8. Acumulação.....	873
4.9. Sistema remuneratório .....	881
4.9.1. Modalidades remuneratórias.....	881
4.9.2. Regras para fixação da remuneração .....	885
4.9.3. Revisão remuneratória .....	886
4.9.4. Teto remuneratório .....	889
4.9.5. Princípio da irredutibilidade.....	898
4.9.6. Princípio da isonomia .....	899
4.9.7. Proibição de vinculação e equiparação.....	900
4.9.8. Pagamentos em atraso.....	902
4.10. Direitos sociais .....	903
4.11. Limite de despesas com pessoal.....	906
4.12. Aposentadoria.....	908
4.12.1. Conceitos fundamentais – premissas .....	908
4.12.2. Histórico da aposentadoria – as diversas emendas constitucionais e suas mudanças.....	912
4.12.3. Modalidades.....	926
4.12.4. Princípio da integralidade .....	933

4.12.5. Princípio da paridade.....	934
4.12.6. Teto de proventos e regime complementar.....	935
4.12.7. Contribuição dos inativos e pensionistas.....	937
4.12.8. Cenário atual.....	941
5. Direitos e vantagens dos servidores estatutários.....	942
6. Deveres e responsabilidades dos servidores estatutários.....	950
7. Quadro sinóptico.....	952
8. Súmulas correlatas.....	958
8.1. Súmulas Vinculantes.....	958
8.2. Súmulas do STF.....	959
8.3. Súmulas do STJ.....	961
8.4. Súmulas do TST.....	962
<b>11. BENS PÚBLICOS.....</b>	<b>965</b>
1. Domínio Público.....	965
2. Conceito.....	966
3. Competência Legislativa.....	970
4. Classificação dos Bens Públicos.....	970
5. Afetação e Desafetação.....	975
6. Regime jurídico dos bens públicos.....	978
7. Aquisição de bens para o Patrimônio Público.....	982
8. Alienação de Bens Públicos.....	986
9. Gestão de Bens Públicos.....	989
9.1. Utilização especial ou anormal – uso privativo.....	994
10. Bens Públicos em espécie.....	997
11. Quadro Sinóptico.....	1005
12. Súmulas Correlatas.....	1006
12.1. Súmulas do STF.....	1006
12.2. Súmula do STJ.....	1007
<b>12. INTERVENÇÃO NA PROPRIEDADE.....</b>	<b>1009</b>
1. Direito de propriedade.....	1009
2. Intervenção na propriedade.....	1010
3. Fundamentos e regras constitucionais.....	1010
4. Modalidades de intervenção.....	1011
4.1. Limitação administrativa.....	1012
4.1.1. Indenização.....	1014
4.1.2. Controle.....	1020
4.2. Servidão administrativa.....	1020
4.2.1. Elementos definidores.....	1021
4.2.2. Formas de constituição.....	1022
4.2.3. Indenização.....	1023

4.2.4.	Distinções .....	1023
4.2.5.	Causas extintivas .....	1024
4.2.6.	Modalidades .....	1025
4.3.	Requisição .....	1026
4.4.	Ocupação temporária .....	1029
4.4.1.	Hipóteses de ocupação temporária .....	1030
4.4.2.	Distinções .....	1032
4.5.	Tombamento .....	1033
4.5.1.	Conceito e características .....	1033
4.5.2.	Natureza jurídica .....	1034
4.5.3.	Competência .....	1036
4.5.4.	Bens objeto de tombamento .....	1037
4.5.5.	Modalidades .....	1038
4.5.6.	Obrigações .....	1038
4.5.7.	Indenização .....	1041
4.5.8.	Procedimento .....	1041
4.5.9.	Extinção .....	1042
4.6.	Desapropriação .....	1043
4.6.1.	Objeto .....	1045
4.6.2.	Competência .....	1048
4.6.3.	Modalidades de desapropriação .....	1051
4.6.3.1.	Desapropriação comum .....	1052
4.6.3.2.	Desapropriação sancionatória .....	1055
4.6.3.3.	Desapropriação indireta .....	1061
4.6.3.4.	Desapropriação privada .....	1066
4.6.4.	Situações especiais – destinação dos bens desapropriados .....	1067
4.6.5.	Procedimento administrativo .....	1069
4.6.6.	Procedimento judicial – ação de desapropriação .....	1073
4.6.7.	Da indenização .....	1077
4.6.8.	Ação de desapropriação rural .....	1093
4.6.9.	Desapropriação de enfiteuse .....	1094
4.6.10.	Direito de extensão .....	1096
4.6.11.	Tredestinação .....	1096
4.6.12.	Retrocessão .....	1097
5.	Quadro sinóptico .....	1099
6.	Súmulas Correlatas .....	1103
6.1.	STF – Súmulas Vinculantes .....	1103
6.2.	Súmulas do STF .....	1103
6.3.	Súmulas do STJ .....	1104
<b>13.</b>	<b>RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO .....</b>	<b>1105</b>
1.	Aspectos Gerais – Fundamentos .....	1105
2.	Evolução .....	1107

3. Tipos de responsabilidade.....	1110
4. Elementos definidores.....	1112
4.1. Sujeitos.....	1112
4.2. Conduta estatal lesiva.....	1115
4.3. Dano indenizável.....	1127
4.4. A indenização.....	1131
4.5. Hipóteses de exclusão.....	1132
5. Vias para reparação do dano.....	1135
6. Ação judicial – legitimidade passiva.....	1136
7. Ação regressiva.....	1139
8. Denúnciação da lide.....	1140
9. Prescrição.....	1142
10. Quadro sinóptico.....	1148
11. Súmulas correlatas.....	1150
11.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	1150
11.2. Súmula do STF.....	1151
11.3. Súmulas do STJ.....	1151
<b>14. CONTROLE DA ADMINISTRAÇÃO .....</b>	<b>1153</b>
1. Introdução e conceito.....	1153
2. Evolução.....	1154
3. Controle do estado – atividade política e atividade administrativa.....	1154
4. Controle da atividade administrativa.....	1156
4.1. Classificação.....	1158
4.1.1. Quanto ao órgão controlador.....	1158
5. Controle administrativo.....	1164
5.1. Aspectos gerais.....	1164
5.2. Meios de Controle.....	1166
5.3. Órgãos específicos de controle.....	1171
6. Controle legislativo.....	1176
6.1. Tribunais de contas.....	1177
7. Controle judicial.....	1186
7.1. Meios de controle judicial.....	1186
7.1.1. Mandado de segurança.....	1187
7.1.2. Ação popular.....	1191
7.1.3. Ação civil pública.....	1192
7.1.4. Mandado de injunção.....	1193
7.1.5. <i>Habeas data</i> .....	1196
7.1.6. Ação direta de inconstitucionalidade.....	1196
8. <i>Atos interna corporis</i> .....	1197
9. Quadro sinóptico.....	1197
10. Súmulas correlatas.....	1200
10.1. Súmulas Vinculantes.....	1200

10.2. Súmulas do STF.....	1201
10.3. Súmulas do STJ.....	1202

## **15. PROCESSO ADMINISTRATIVO ..... 1205**

1. Conceito.....	1205
2. Fontes do processo administrativo.....	1205
3. Objetivos e obrigatoriedade.....	1206
4. Princípios do processo administrativo.....	1208
4.1. Princípio do devido processo legal.....	1209
4.2. Princípio do contraditório.....	1210
4.3. Princípio da ampla defesa.....	1211
4.4. Princípio da verdade real.....	1216
4.5. Princípio da legalidade e princípio da finalidade.....	1217
4.6. Princípio da motivação.....	1217
4.7. Princípio da razoabilidade e princípio da proporcionalidade.....	1219
4.8. Princípio da oficialidade.....	1219
4.9. Princípio da autotutela.....	1220
4.10. Princípio da celeridade.....	1222
5. Modalidades de procedimento.....	1223
6. A lei geral do Processo Administrativo – Lei n. 9.784/99.....	1224
6.1. Aspectos gerais.....	1224
6.2. Fases do procedimento.....	1228
7. Procedimento administrativo disciplinar.....	1233
7.1. Conceito e finalidade.....	1233
7.2. Tipos de procedimento disciplinar.....	1235
7.2.1. Sindicância.....	1235
7.2.2. Processo administrativo propriamente dito.....	1237
7.2.3. Processo sumário.....	1237
7.2.4. Verdade sabida.....	1240
7.3. Processo administrativo disciplinar propriamente dito.....	1240
7.4. Prescrição e duração do processo.....	1249
7.5. Independência das instâncias.....	1255
8. Controle pelo poder judiciário.....	1256
9. Quadro sinóptico.....	1257
10. Súmulas correlatas.....	1262
10.1. STF – Súmulas Vinculantes.....	1262
10.2. Súmulas do STF.....	1262
10.3. Súmulas do STJ.....	1263

## **16. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA ..... 1265**

1. Introdução.....	1265
2. Conceito.....	1266

3. Competência legislativa.....	1268
4. Fonte normativa.....	1269
5. Bem jurídico tutelado.....	1271
6. Natureza do ilícito de improbidade administrativa.....	1272
7. Composição do ato de improbidade administrativa.....	1276
7.1. Sujeito ativo.....	1276
7.2. Sujeito passivo.....	1282
7.3. Conduta típica.....	1283
7.4. Elemento subjetivo.....	1291
7.5. Dano.....	1295
8. Sanções.....	1297
9. Procedimentos administrativo e judicial.....	1302
9.1. Processo administrativo.....	1302
9.2. Processo judicial.....	1303
10. Prescrição.....	1309
11. Quadro sinóptico.....	1310
12. Súmulas correlatas.....	1314
12.1. STF – súmulas vinculantes.....	1314
12.2. Súmulas do STF.....	1314
12.3. Súmulas do STJ.....	1314
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</b>	<b>1317</b>